

# PLURAL

FMI: Negociação Obscura — José Rebelo 4 Arraiais e Romarias — Manuel Pinto 15 Boi para Palácio — Armando Trigo de Abreu 22 Reinventar a Escola — Maria Sousa Tavares 26 Da Liberdade ao Estado Democrático — Francisco Salgado Zenha 29 Os Corpos da Praia — José Cortês, Pedro Silva Dias 41 Cartas de Iniciação e Mistério — Alberto Pimenta 45 Em Busca da Esquerda — Eduardo Lourenço, António José Saraiva, Miguel Serras Pereira 46 Carta de Itália — José Sasportes 56 Vila d'Arcos — Sophia de Mello Breyner Andresen 59 Arte e Psicanálise — Mário Casimiro 60

1

## A GUERRA DO NUCLEAR



● Sondagem: A Cotação do Governo  
● Em Busca da Esquerda

# Em Busca

Alemanha). Se calhar até podem!? Podem-se somar (caso da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, ou será esse um caso de subtracção?), podem multiplicar no seu seio os esforços pela paz e dividir uns pelos outros o esforço de guerra. Seja como for, eu é que continuo a curtir muito aqueles plurais em que Mário de Sá-Carneiro foi mestre: «Tapetes de outras Pérsias mais Oriente...» (Khomeini?); «Cortinados de Chinas mais marfim...» (Mao ou os gnomos seus sucessores?); «Novas Bizâncios-Alma, outras Turquias» (Belo slogan, este do «outras Turquias», próprio para pôr em cima da mesa numa reunião da Nato, para que se veja não só como os nossos políticos sabem de poesia, mas também como os nossos poetas sabem de política. Pais de versos. Versátil).

No entanto, de tudo, tudo, tudo quanto no plural português é singular e digno de espanto, há um fenómeno que sempre me deu que pensar. Por causa das eventuais implicações teológicas que tem. Trata-se do plural das palavras que no singular já terminam em s. Eu, no tempo em que ensinava português, até engendrei uma regra de três excepções para os alunos perceberem o vasto alcance do assunto. Era assim:

**REGRA:** em português, as palavras cujo singular termina em s não alteram a forma no plural. exemplo: um alferes, dois alferes, três alferes, os alferes todos que se quiser.

**EXCEPÇÃO:** exceptuam-se as palavras terminadas em s no singular, mas acentuadas na última sílaba. exemplo: um chinês, dois chineses, três chineses, os chineses todos que se quiser.

**EXCEPÇÃO:** exceptuam-se as palavras acentuadas na última sílaba, se nesta houver ditongo. exemplo: um cais, dois cais, três cais, os cais todos que se quiser.

**EXCEPÇÃO:** deus. um deus, dois deuses, três deuses, os deuses todos que se quiser.

Deus é a excepção da excepção da excepção da regra, ou, por outras palavras, a tripla-excepção. Um aluno luterano disse-me um dia depois de ter aprendido a regra: «Para revelar seus milagres e mistérios, Deus tem suas línguas de eleição. Nós alemães é a multiplicação dos pães e dos peixes, vocês em Portugal é o mistério da Trindade». Uma outra aluna, que tu não conheces, essa berlinense e creio que pouco ou nada crente, ouvindo a conversa, disse: «Não, nada disso, isso é mas é um plural majestático!» Parece que ainda a estou a ouvir. Era alentada e usava grandes decotes. Plural majestático!? Porque não? Na altura fiquei com vontade de me debruçar no assunto. Talvez ainda não seja tarde, que achas?

**ALBERTO PIMENTA**

\* Almeida Garrett. *Magriço ou Os Doze de Inglaterra*. Lisboa 1978, Edições 70.

Com «um olhar sobre a política» muito próprio, o livro de João Martins Pereira, *No Reino dos Falsos Avestruzes*, lança alguns pontos de partida estimulantes e polémicos para o que o Autor entende ser uma necessidade urgente: a crítica de Esquerda da ideologia dominante na sociedade portuguesa do pós-25 de Abril, implicando, em primeiro lugar, uma reflexão crítica da Esquerda sobre si mesma.

Pareceu a PLURAL que o trabalho de Martins Pereira poderia servir de abertura a um debate sobre a significação de palavras tão correntes como pouco claras: «socialismo», «democracia», «projecto», ou mesmo «política» — para citarmos apenas alguns exemplos expressivos. Assim, dado que os interlocutores maiores de João Martins Pereira, na sua polémica apaixonada, são António José Saraiva e Eduardo Lourenço, convidámo-los a darem-nos conta por escrito das suas leituras deste «olhar sobre a política», que repetidamente os visa do modo mais directo. Por outro lado, tentando alargar o debate que — «em busca da Esquerda» — agora abrimos e se prolongará nos próximos números da revista, publicamos igualmente um texto de Miguel Serras Pereira, que sublinha o alcance e as exigências preliminares da discussão entre João Martins Pereira e os seus dois interlocutores.

# da Esquerda

## Reinventar a Política

O livro de João Martins Pereira, **No Reino dos Falsos Avestruzes**, é um bom ponto de partida para o lançamento de uma interrogação sobre a esquerda, o socialismo e a própria dimensão da política enquanto tal, tema de um debate de fundo que a revista «PLURAL» se propõe reactivar. É o que, de resto, cada uma a seu modo próprio, as leituras, a seguir publicadas, que António José Saraiva e Eduardo Lourenço fizeram de Martins Pereira, contribuem para pôr em evidência.

Pelo meu lado, nos anos quentes de 1974 e 1975, lembro-me de pensar e dizer em conversas com amigos que o melhor seria, perante as confusões e mistificações ambientes, deixar de lado a palavra «socialismo», explicitando em vez disso as ideias e propostas que, capazes de actualizarem o projecto de uma sociedade auto-governada, igualitária e liberta, dispensassem a garantia do rótulo, de há muito tornada mais que duvidosa.

A exigência de explicitarmos o que queremos dizer que somos, quando dizemos ser partidários da autogestão ou do socialismo, parece-me manter-se plenamente actual. Não se trata de nos desfazermos da história e das suas tradições, recomeçando a partir do zero novas alternativas e projectos. Porque é sempre a partir de alguma coisa que já lá estava antes, e não só principalmente contra o que há, que afirmamos a nossa capacidade de inventar. Assim, o critério da «emancipação», através do qual João Martins Pereira se propõe reformular o que significa ser de esquerda, é um bom exemplo do modo pelo qual, quando se trata de pensar para além dos «clássicos» do marxismo, se redescobrem nascentes mais antigas do que Marx: onde ele, por vezes, bebeu o melhor da sua inspiração; que, outras vezes, esqueceu ou desprezou, e que, em todo o caso, a sedimentação ideológica do marxismo contribuiu para entaipar.

Há ecos, conscientes ou não, dos movimentos radicais pré-marxistas em muitos dos progressos mais sensíveis do pensamento actual de João Martins Pereira. É um facto com que só nos podemos congratular, se tivermos presente como o movimento socialista nasce do aprofundamento das exigências democráticas e radicais dos fins do século XVIII e dos princípios do século passado. O igualitarismo, por exemplo, é uma consequência lógica da reivindicação dos direitos individuais (longe de ser o seu contrário, o contrário das liberdades, como hoje vai sendo moda declarar); surge como um corolário do direito dos indivíduos a afirmarem a sua liberdade (ou a sua «diferença») na plenitude da respectiva potencialidade.

Mais ainda: na passagem do plano jurídico ao plano social (que o efectiva ou compromete), irá aprofundar as suas exigências democráticas e libertárias de modo a descobrir a política para além da sua definição pelo Estado e em luta contra os limites da encenação da política no quadro da ordem instituída.

Este desafio a repensarmos a política, quando pretendemos repensar e reinventar a democracia e o seu conteúdo social mais pleno, torna-se, por outro lado, extremamente actual frente a certas questões que uma leitura atenta de Martins Pereira não pode deixar de suscitar. De facto, este último, embora tome como ponto de partida das suas reflexões a ideia de que a esquerda deverá aceitar, durante um longo período, o luto pelo poder de Estado, parece considerar ainda a arena que esse poder define como o campo de acção, sem última análise, decisivo. A intervenção cultural surge como um refúgio honrado em tempos de refluxo, e como não há perspectivas próximas de uma tomada do poder pela esquerda, as questões de organização primam pela ausência nas reflexões polémicas do autor.

Ao mesmo tempo — ou alternadamente —, João Martins Pereira tende a condenar a esquerda a um lugar anterior ou posterior à política de todos os dias, fazendo-o não em nome de uma exigência política nova, mas porque a política da vida quotidiana se confunde, no seu discurso, com o «serial» ou o «inerte» sartreanos. Por isso, exceptuados alguns grandes momentos heróicos, a esquerda, «campo de tensão», só pode aqui assumir-se como eterno futuro, sem história nem carne: ela é «a tensão do inventor antes da invenção, do descobridor antes da descoberta, do poeta antes do poema — enfim do criador antes da criação». Não sei, mas talvez sejam de lembrar a este propósito algumas verdades bastante elementares: a de que é o poema que faz o poeta e modula, de certo modo retroactivamente (mas que sabemos nós do tempo, quando ele transborda tanto os cânones da duração?), a tensão anterior ao poema — e que, do mesmo modo, sem descoberta não há descobridor, nem criador sem criação.

Esta atitude, tendente a iludir a questão do poder e das alternativas à sua forma estatal de organização dominante, acaba por ser subsidiária da óptica burocrática e do cinismo dos políticos de profissão. Parece-me urgente, em vez de deixarmos assim a política de todos os dias às «autoridades competentes», lavando daí as nossas mãos, aplicarmo-nos na invenção quotidiana de outras formas de organização e de acção, novos conteúdos e perspectivas — numa política outra, concebida, na linha de pensamento de Castoriadis, como actividade autónoma (e autonomizante) que visa nos outros (e com eles) a sua autonomia. Perante os poderes instituídos, trata-se de afirmarmos a potência de uma política diferente.

É verdade que a «emancipação», de que fala João Martins Pereira, não poderá jamais ser garantida por uma ou outra fórmula teórico-institucional definitiva. Jamais, por conseguinte, à esquerda há-de faltar futuro ou horizonte em aberto para os projectos que a alimentam: jamais, contanto que hoje saibamos lutar pelo menos quanto baste para que isso não venha a ser proibido do lado de fora e esquecido (isto é, recalçado) do lado de dentro de nós. E esta luta não pode ser apenas tensão antes da luta, apenas sonho antes da invenção.

A antiga concepção grega da democracia, de que somos também herdeiros, formulava-se na exigência de que o poder político não pertencesse a um grupo hierarquicamente especializado ou profissional dentro da cidade: pelo contrário, o poder político, era preciso que se encontrasse a igual distância de todos os seus membros. O movimento socialista retoma esta exigência e aprofunda-a, ao longo das suas vertentes radicais — democráticas e libertárias: nascentes fecundas, cuja sede em nós a história posterior não pôde ainda mitigar, sede de auto-governo colectivo e de autonomia individual, que a institucionalização do marxismo em doutrina de Estado e em mito totalitário pode por vezes condenar ao mutismo ou ao quase inominável, mas não aniquilar.

É tempo de bebermos, dir-se-ia, tanto mais que sabemos bem ser, felizmente, impossível beber de uma vez por todas as águas andantes desta tradição. E depois, como limitaríamos, sem a renegar, esta herança à condição de um suplemento de alma — ou de desejo ou de projecto — da sociedade burocratizada, de «multidões solitárias» e de indivíduos funcionalizados à peça, aos quais a situação numa escala hierárquica, idêntica para todos e brutalmente homogeneizadora, é oferecida como única via de afirmação «pessoal»?

Repensar a esquerda, a democracia e o socialismo — em Portugal e no mundo, para hoje e amanhã? Sem dúvida, se não nos esquecermos que é de reinventar a política, a natureza das instituições e a nossa relação com elas — actividade quotidiana e de reanimação do quotidiano — que, afinal, se trata.

MIGUEL SERRAS PEREIRA

## Robinson Martins Pereira e a Ilha-Esquerda

*Outrora até o futuro era melhor*  
Karl Valentin

**T**alvez o que mais convenha discutir no «olhar sobre a política» de João Martins Pereira seja o menos político, quer dizer, o menos imediato. Neste campo, as suas reflexões, análises, diatribes, se deixarmos de lado questões de tom e estilo, denotam uma sensibilidade e exprimem reflexos análogos dos de outros comentadores do nosso «vivido» contemporâneo. Acresce ainda que uma das contribuições mais interessantes de *No reino dos falsos avestruzes* diz respeito à leitura de certos discursos «culturais» de incidência política no post-25 de Abril. Tudo impõe, pois, que se confira ao «cultural» e à ordem dos princípios nele explícitos ou implícitos, um interesse superior ao do mero diagnóstico do nosso presente político enquanto processo da «ilusão» ou das «ilusões» de Esquerda cientemente cultivadas.

Arranca o breve ensaio-panfleto de Martins Pereira da vontade polémica, natural e fecunda, de contrapor um modelo de análise histórico-social das «realidades portuguesas», menos contestável, por menos mítico ou até mistificador, que outros em circulação após o 25 de Abril. Numa perspectiva onde convergem modelos caros à historiografia de índole positiva e racionalista, mas sobretudo dependentes da área sociológica ou da económica, J. Martins Pereira recusa a tentação «idealista» de atribuir um estatuto de «sujeito» a uma realidade tão complexa, descentrada, variável no espaço e no tempo, como uma sociedade dada, uma «nação», «um país». Concretamente, o autor de *No reino dos falsos avestruzes* não admite a hipótese de tratar uma sociedade em termos globais, como uma «entidade», «sujeito de qualquer acção» como o fazem, segundo ele, todos os que, por exemplo, instituem «Portugal» como sujeito histórico. Grave questão levanta aqui J. Martins Pereira e que, para além da querela que dividiu a sociologia nos tempos de Durkheim e Tarde, nos remete para a questão que durante séculos exasperou o pensamento medieval. João Martins Pereira opta, à primeira vista, pela solução *nominalista*. Assim, «Portugal» é a mera designação de um certo «viver colectivo», cujas

manifestações e modalidades são *a resultante* de múltiplas interacções e relações de dominação/submissão entre os seus componentes — indivíduos e grupos sociais *relativamente homogéneos* — e entre estes e o exterior», para citar os termos do próprio autor.

Muito logicamente, conclui J. Martins Pereira que um conjunto tão aleatório e inorgânico não é *sujeito activo*. Todavia, se a sua exigência crítica se radicalizasse um pouco mais, teria de concluir também que aquilo que ele *substantifica* designando-o por «grupo social», «viver colectivo» ou mesmo «indivíduo» é, por sua vez, *resultante* de múltiplas interacções, etc., evaporando assim a noção de «indivíduo» ou de «elemento» ou quaisquer outras que se ofereçam no universo do discurso. Com um pouco mais de exigência chegaria à única conclusão radical: não é possível *falar* sem admitir que a linguagem é o lugar da manifestação de um *sentido* prévio, conferido pela designação ao seu objecto, cuja essência não se baseia num acordo (improvável e inexecutável) entre o nome e a coisa nomeada, mas no consenso implícito na utilização mesma da linguagem. Antes de ser «a resultante» de tais e tais componentes materiais, sociais, simbólicas (que sem dúvida é) «Portugal» é justamente apreendido, analogicamente, como *sujeito activo*, na medida em que é sociedade no tempo, história, conjugação de destinos individuais que se apercebem entre si com algo comum e a si mesmos se deram as formas institucionais em que o mero individual se transcende e se constitui como projecto vital em confronto com o de outras comunidades. É a esse *sentido* que nós damos um nome e é em função dele que a nomeação nos serve de suficiente moeda de comunicação.

**C**omo toda a realidade humana, uma sociedade é *projecto*. Importa pouco que esse «projecto» seja em dado momento apenas o de uma escassa minoria. É a sua manifestação que transforma um agrupamento aleatório em comunidade, a comunidade articulada em função das suas clivagens sociais em sociedade e a sociedade em nação, pela subordinação e hierarquização das próprias clivagens sociais a um projecto que implica «objectivamente» cada um dos seus membros.

É mais confortável para as exigências do senso comum imaginar, por exemplo, que a única e autêntica «História de Portugal» (que é «Portugal como História») é apenas a *história dos portugueses*. Acontece apenas que essa «história» não só não está escrita (na medida em que o pode ser...) como a ser escrita ficará imersa e receberá da «História de Portugal», quer dizer, da colectividade-sujeito activo as suas linhas de força e o prévio horizonte. Uma sociedade é já um destino. Não é a mesma coisa nascer na França de Mitterrand, no Chile de Pinochet ou no Malawi de Banda. Não é só em geral, ou no absoluto, que nascemos a bordo, como sugeriu Pascal, nascemos em embarcações particulares, os navios-nações da «Ode Marítima», e esses navios vêm de qualquer parte e pretendem ir para alguma espécie de porto, o seu particular futuro condicionado pelo futuro comum.

Pareceria lógico que a soma das particularidades, o conjunto dos destinos individuais equivallesse ou determinasse a forma do destino comum, mas este é qualquer coisa mais (ou diversa) da conjugação dos elementos. A título individual, milhares ou até milhões de cidadãos podem viver como indiferentes a esse destino mas nem por isso lhe escapam. Ser alemão entre 1933 e 1945 não era necessariamente partilhar o sentido imprimido pela sua classe dirigente ao povo alemão, mas era, por necessidade, ser afectado por ele, ficar implicado em actos e comportamentos que se volveram para cada alemão em «destino». Denegar a uma sociedade ou um povo o estatuto de *sujeito activo*, como quer J. M. Pereira, equivale a atribuir realidade «substante» unicamente ao *indivíduo*. Pode ser que visto de Sirius aquilo que nós concebemos como «história» seja apenas um prodigioso movimento browniano de percursos cruzados sem mais «sentido» que o dos fenómenos naturais. Macbeth não pensava outra coisa. Mas não é, em geral, assim que cada um de nós se apreende como existência, nem é assim que percebemos a existência social configurada no que chamamos uma comunidade ou uma nação.

Não parece, pois, que qualquer que seja a modalidade de existência que temos em vista quando nos referimos a «Portugal» (ou qualquer outra nação) a possamos analisar e compreender, começando por pôr em causa o seu estatuto de *sujeito activo*. Isto não nos autoriza, senão metaforicamente, a assimilar uma nação a um *indivíduo*, mas permite-nos conferir-lhe uma *identidade*, um ser particular, de características intrinsecamente *históricas* e não apenas naturais e subsidiariamente «históricas» como a dos indivíduos.

É em sentido óbvio e não como expressão de um diagnóstico negativo que «o nosso destino é a nossa História». Destino e não fatalidade como queria Oliveira Martins, precisamente por ser vida aberta, «histórica». Postular que Portugal tem um «ser», uma «identidade», ou, como Michelet o dizia da França, que ela era uma «pessoa», não equivale a instituir uma identidade mítica ou mística, independente das formas de vida, dos actos e das acções que a manifestam, mas afirmar que esse «ser» e essa «identidade» coincidem com os avatares da *sua História*. Todos os avatares e *toda* a História e não uma leitura, consciente ou inconscientemente amputada do seu devir e das contradições que o alimentam. É, se se quiser, uma concepção «existencial», propósito que João Martins Pereira, atento leitor de Sartre, pode compreender como ninguém.

Todavia, se o conhecimento desse *ser histórico particular* que é uma nação (bem mais complexo e vasto do que aquele que, em geral, a «História» consigna) permite distinguir, ao longo do seu devir, um certo número de comportamentos colectivos estruturais ou de anormal constância, nada impede que, sempre a título «histórico» e não «metafísico», os supunhamos significativos e expressivos da realidade profunda de uma nação ou povo. Não se trata de *psicologia* (mesmo da chamada «psicologia dos povos») mas sempre de *história* e de história lida nos factos e nos actos que os próprios actores viveram como *relevantes*. Se assim não fosse, se a História (qualquer que seja) não se vivesse como *autognose*, como se explicaríamos os desvelos que se lhe consagram? E, até, a sua simples *existência*?

Insurge-se João Martins Pereira contra a ideia de «psicanalisar» Portugal, não só porque não consegue descobrir qualquer «sujeito activo» sob a «realidade-Portugal», como por desconfiar até de que as luzes da Psicanálise sejam de algum préstimo mesmo para o objecto específico dela, o nosso inconsciente de «indivíduos». Mesmo «pequenino» Portugal seria grande demais para divã de psicanalista... Convenhamos nisso.

Simplesmente, o que foi proposto não tinha nada que ver com essa impossível façanha. Não foi a «psicanálise» de um Portugal-objecto que, a título de contribuição para um «repensamento» do nosso presente, se esboçou no **Labirinto da Saudade**. Foi uma tentativa, sem dúvida rápida e prematura, de «psicanalisar» (no sentido de pôr a descoberto o inconscientemente *ocultado*) o *discurso* que, sob a forma de *nossa História*, nos é comumente apresentado como o *discurso da verdade sobre nós mesmos*. É óbvio que Portugal como «história» não se reduz ao *discurso(s)* que sobre a realidade portuguesa ao longo dos séculos foi proferido, e em particular àquele(s) que se encontra consignado nas *Histórias* mais conhecidas. Todavia, não é menos óbvio que esse *discurso* (em si mesmo uma pluralidade de leituras) é o mais imediato e o mais revelador dos espelhos, aquele onde com o máximo de relevo apreendemos a *imagem* que fazemos de nós enquanto portugueses.

Ora acontece que essa *imagem* (com um breve retoque) é ostensivamente uma imagem hiperbólica de nós mesmos, cuja função de compensação-ocultação parece manifesta e por isso a «cura psicanalítica» metaforicamente proposta em **O Labirinto da Saudade** não pressupõe, como sinceramente o deixa crer J. Martins Pereira, que eu creia que *nós estamos particularmente doentes* enquanto sociedade real (este é outro problema), mas, ao contrário, que estamos, e quase sempre estive-

Confesso que me desagrada o argumento segundo o qual a Esquerda deveria ser «nacionalista», porque «o povo precisa disso como pão para a boca» (E. Lourenço) e, portanto, se o não fizer deixa campo aberto à «exaltada e frenética exploração» do nacionalismo por parte da Direita. As palavras têm o seu peso próprio e o «nacionalismo», quer se queira quer não, tem uma conotação tal que ninguém duvidará da cor política de um partido ou frente «nacionalista». (...) Em resumo, não há nacionalismo *acima* das ideologias, o que facilmente se constata nas guerras civis, em que ambos os campos se proclamam os verdadeiros portadores do «sentimento nacional».

p. 21

Ao pronunciar-se sobre *tudo* — e a Esquerda tem de pronunciar-se sobre *tudo* — parece aceitável que o conceito de emancipação deverá ser um elo de ligação permanente entre todas as ideias do sistema. (...) Em termos ideais, dir-se-á que é emancipador *tudo* o que aproxime um indivíduo do ser plenamente *responsável* que «teoricamente» é. Será pois emancipador *tudo* o que tenda a reduzir os constrangimentos sociais, económicos e culturais que limitam a liberdade de escolha ou decisão do «indivíduo em sociedade».

p. 104

Pensarão alguns que o Socialismo faz parte da ideia de Esquerda. É errado, a meu ver. Terá sido certo enquanto não houve «socialismos reais» — o socialismo era então apenas uma ideia, um projecto. Hoje não é assim. Tantos são os regimes que a si mesmos se rotulam de «socialistas», que a Esquerda não pode ignorar essas experiências, submetendo-as ao critério da emancipação. O seu conceito de socialismo incorporará necessariamente os resultados desse exame crítico, mas não coincidirá porventura com nenhum dos «modelos» já experimentados. Fará, conjuntamente com muitos outros elementos, todos positivos ou negativamente inter-implicados, parte do *projecto* que é a Esquerda, não da ideia de Esquerda.

JOÃO MARTINS PEREIRA  
No Reino dos Falsos Avestruzes, p. 105

mos, dispostos a pensar que *estamos maravilhosamente sãos*. Ou melhor, exemplarmente sãos, nação harmoniosa por excelência, sem problemas, invejada do universo, como se escrevia e proclamava em época próxima, de cegueira não apenas episódica mas de aparência estrutural, tão antiga é essa lusa convicção. E que essa convicção tem os rins sólidos e a vida longa, basta a leitura do complacente «Anjo da Esperança», aliciante discurso da «normalização» ideológica e cultural post-25 de Abril, para o mostrar.

Talvez João M. Pereira não se tenha apercebido, por deficiente precisão minha, que **O Labirinto da Saudade** desejou, acima de tudo, sugerir a necessidade de um «discurso» sobre Portugal e o nosso destino capaz de superar *positivamente* (quer dizer, através de estudos e obras inovadores) os dois pólos fraternos do *pessimismo trágico* da Geração de 70 e do *optimismo beato* da tradição racionalista, num momento em que a vida e a dinâmica da cultura portuguesa pareciam propícias para um reexame do nosso discurso clássico sobre nós mesmos.

Sob as aparências de uma visão integradora e ultra-complexa dos fenómenos sociais, J. Martins Pereira professa, no fundo, uma concepção singularmente *atomizada* e assaz *niilista* da sociedade e do devir social. Os «sujeitos-activos» que se não

possam reduzir ao puro *sujeito-livre* ideal que é o indivíduo, parecem-lhe ininteligíveis, por serem, antes de mais, eticamente inaceitáveis. É a versão inversa do pacto social de Rousseau: o sonho de um anti-pacto que nos devolva à nossa *liberdade original*, para, a partir dela, organizarmos a *comunidade humana*, concreta e fraterna, que nos proteja das diversas espécies de «monstros frios» que são as grandes máquinas colectivas que chamamos «nação» e a sua forma política «estado», a par de outras do género associação, grupo ou partido que roubem a substância à nossa «livre existência».

Reconhecemos aqui o «pathos» específico da ideologia de Esquerda. Esta exigência individualista — bem compreensível na sua função utópica — leva J. Martins Pereira a denunciar com um certo humor corrosivo as diversas versões de «esquerda» que têm monopolizado o nosso fervor político desde o 25 de Abril. Não custa muito concordar com bom número das suas críticas a essas versões. Aparte o rápido momento em que o «indivíduo» J. Martins Pereira se sentiu «livre» no espontaneísmo de esquerda de 75, tudo é arremedo e caricatura. É apenas à *ideia de Esquerda*, como permanente dever-ser que J. Martins Pereira oferece a sua esperança, excluindo dela a Esquerda existente e, em particular, a que se auto-identifica com *Socialismo*. Esquerda é mero futuro. Isso lhe permite satirizar com verve e alguma pertinência, o que de facto há de *não-esquerda* ou de *anti-esquerda* nas formas institucionais que pretendem incarná-la. Sozinho, na sua pura ilha-Esquerda, definida em função de uma imagem *mítica* do *intelectual* (de perfil sartriano), J. M. Pereira, critica com mão severa, embora amigável, os *ilusos* voluntários dessa pseudo-Esquerda. São todos aqueles que, em metáfora caprichosa, apelida de «falsos avestruzes». Não é difícil utilizar a mesma metáfora, positivamente, para designar os que *não* enterram a cabeça na areia para ver melhor «a esquerda que há»... E nela, a de João Martins Pereira.

**D**iscurso de futura esperança, o de **No reino dos falsos avestruzes**, impregnado de salutar e pouco comum boa-fé, é também um discurso de nostalgia silenciada, da ilusão revolucionária perdida. Na sua sinceridade, no seu tom frontal e provocador há uma contribuição de preço para o repensamento e problematização da Esquerda impostos pelo nosso passado recente e, não menos, pela sua complexa e ambígua aventura noutros quadrantes. Mas por mais aguda que seja a radicalização dessa problemática, não se pode fazer a economia da aventura histórica, concreta, da Esquerda e, em particular, da que se definiu, em certo momento, como *Socialismo*. A «ideia de Esquerda» não é só, nem fundamentalmente, a «Esquerda como Ideia», exigência ideológica e ética sem cessar diferida. É *ideia incarnada* historicamente, com maior ou menor felicidade, na trama da vida colectiva, como processo de emancipação (auto-emancipação) em todos os campos da actividade humana. A esse título, pode passar — e tem passado vezes sem conta — através de processos, homens, instituições ou iniciativas que não «pareciam» de Esquerda. Como inversamente, experiências alienantes da condição humana tiveram — ou continuam a ter — lugar sob etiqueta «progressista» ou «revolucionária». O que significa que, também neste domínio, só o conhecimento e a análise do processo histórico, sem preconceitos, nos permite distinguir, embora numa certa ambiguidade, acaso insolúvel, aquilo que realiza ou falha a incarnação dessa vontade emancipadora que a ideia de Esquerda veicula. Que mais não seja, essa leitura permite descobrir sem pena que as evidências e os lugares-comuns do consenso social presente (de Direita ou de Esquerda) são as utopias ou as exigências desmedidas da Esquerda de ontem. Prova de que, mesmo através das suas incarnações frustradas, a Ideia se fez Vida. É isso que nos impede de aceitar a proposição radical de João Martins Pereira de apagar ou esquecer tudo para começar a partir de zero. Ao fim e ao cabo, também Robinson foi herdeiro.

Vence, 25 de Agosto de 1983

**EDUARDO LOURENÇO**

## Um Grito na Noite

**A**petece chamar a este livro «um grito na noite», de tal maneira se percebe que o autor quer desabafar o seu desgosto de não ter dado tudo quanto estava em seu poder para realizar a *esperança da Esquerda* que em seu parecer se consubstanciou no 25 de Abril de 1974. «*Vontade de dizer tudo o que me viesse à cabeça, libertar-me ao menos da culpa de não o ter dito. Claro que isto era (é) muito mais importante para mim mesmo do que para quaisquer eventuais leitores*».

Compreende-se também que o autor diga no seu livro que «*escrito apressadamente, sob um impulso em que se misturaram a revolta e a necessidade, não se espere uma análise rigorosa, nem finuras de estilo*». Distingamos: a «*análise rigorosa*» exige tempo e reflexão; mas as «*finuras de estilo*» são coloquiais e espontâneas, e pedem por vezes o esquecimento da «*análise rigorosa*». Talvez que não haja bastante «*análise rigorosa*» neste livro; mas as «*finuras de estilo*» não faltam. Eis um exemplo:

«*Disse alguém há tempos — e nem será nada de novo — que 1820 terá sido o primeiro passo do republicanismo triunfante 90 anos mais tarde. Será pessimismo admitir que 1974 terá sido o primeiro passo do socialismo? Chega para me manter vivo*» (p. 8). Isto é evidentemente uma figura de estilo, uma «*proporção*» verbal, como as que se encontram nos pregadores do século XVII: Se de A se seguiu A', então de B se seguirá B'. A' é bom, melhor que A. Por outras palavras o primeiro passo para a República foi bom, a República, obviamente foi melhor; e como o 25 de Abril foi o primeiro passo para o Socialismo, segue-se que também foi bom, visto que por definição (?) o Socialismo é óptimo. É uma questão de palavras, mas nenhum engenheiro se contentará com esta espécie de proporção pseudo-geométrica. Resta demonstrar uma infinidade de coisas, entre elas se a República foi uma coisa boa, e se o Socialismo que virá terá alguma coisa que ver com as amostras do 25 de Abril, etc., etc. Mas, por este exemplo, vê-se que João Martins Pereira gosta muito de palavras.

A sua obsessão é a palavra «Esquerda». «*Os atemorizados analistas de Direita se esfalfam a combater contra o que dizem não existir — a Esquerda*» (p. 8/9). Mas será que a Esquerda existe mesmo? O autor não parece muito convencido: «*A ideia de esquerda — diz ele — está ainda por construir*». E para essa construção lança ele «*umas desgarradas pedras*» na 2.ª parte do seu livro (p. 9). Portanto a Direita está atacando em vão, julgando que há um alvo chamado Esquerda, e a Esquerda está-se queixando em vão contra ataques que lhe não são dirigidos.

É este o resultado de razoar mais com palavras do que com ideias, o que não impede o autor de dizer que «*é na ordem burguesa liberal*» e «*democrática*» que a carga mítica do discurso político e cultural desempenha uma função primordial (p. 23-24). Nós diríamos o contrário.

A primeira parte do livro, intitulada «O pântano democrático» é a crítica da presente situação política (e também económica) em que o País se encontra. Tirando umas poucas e pouco relevantes e pouco originais considerações sobre o inconsciente colectivo de um povo, motivadas por uma obra de Eduardo Lourenço, é nesta primeira parte que encontramos mais matéria para reflexão. O autor vê na actual situação uma reacção à perturbação ideológica causada pelo 25 de Abril e pelo Gonçalvismo. É por isso que a palavra *democracia* tem sido tão insistentemente utilizada para caracterizar o regime (estável através de tantas peripécias) que veio depois.

A «Democracia» é um mito de afirmação, a que se agarrou um grande Pânico, se bem interpreto o texto de João Martins Pereira. Mas é uma palavra vazia, até porque corresponde a «partidos» vazios. A actual situação política «corresponde a uma escassa vinculação das forças políticas portuguesas aos interesses das bases sociais com vocação dominante». Acrescenta J.M.P.: «ausência de uma grande burguesia com verdadeiro poder económico (que é o que vem da produção e do domínio do sistema financeiro), fraca organicidade social de partidos que sobretudo funcionam como agências de colocação — são apenas dois aspectos complementares de um poder frágil, cuja gestão como a do merceiro se limita a verificar todas as noites o saldo da caixa» (p. 26).

Isto está ligado, segundo J.M.P., com a incapacidade das empresas privadas em Portugal. Estou de acordo mas não vejo nisso argumento a favor das empresas públicas, que igualmente deram as suas (más) provas.

Este diagnóstico, que subscrevo, levanta todavia um problema: Contra quem se fez o 25 de Abril, uma vez que o poder económico dominante era tão fraco? Foi o 25 de Abril realmente uma revolução com a sua base social própria, ou apenas um acidente de percurso?

O facto é que a Democracia em Portugal, criada por um grupo de capitães, é uma fachada política.

Há também os mitos de salvação como o Eanismo e a CEE. A meu ver, e nisto concordo também com João Martins Pereira, a entrada na CEE, cada vez mais improvável, só contribuiria para desorganizar mais ainda a economia nacional (há já vários anos que o venho dizendo).

Quanto ao Eanismo, que é um novo nome que se dá à desistência política que tem caracterizado as nossas camadas dirigentes, ele apenas viria confirmar, no caso de passar de mito a acto, que a solução empírica que Oliveira Salazar alinhavou para a vida nacional era a mais adequada para o país que infelizmente somos.

Esta primeira parte do livro inclui ainda uma prosa sob o título «Os cães de caça (ou os vendedores de mitos)» em que o autor inclui o meu nome sob aquelas duas designações. Para não personalizar este meu texto não discutirei as suas frases e argumentos, mas não deixarei de dizer que ninguém me reconhecerá como cão de caça de alguma pessoa, instituição, doutrina, partido ou empresa; e que, por outro lado, ficarei conhecido na história (?) como o homem que mais mitos combateu, desde os salazaristas aos marxistas, passando pelos mitos patrióticos do «plano henriquino das Índias» ou da bravura do nosso exército colonial.

Se vamos a meças quanto a mitos, não me deixei seduzir, como João Martins Pereira, pelo mito gonçalvista e abrilista, que ele assim descreve:

«É impossível estar-se esquecido das inumeráveis iniciativas colectivas a todos os níveis; do empenhamento e generosidade com que então se procurava (nem sempre bem, é claro) resolver os problemas a todos os níveis, do vigor e discussão do debate políticos sobre questões fundamentais; da procura de verdadeiramente fazer interpenetrar as Forças Armadas com a comunidade chamando aquelas a uma intervenção activa na melhoria das condições de vida das áreas onde estavam implantadas; para não ir mais longe, da esperança que se instalou, do entusiasmo que se viveu, da mobilização que se verificou» (p. 50).

Mas quem é o sujeito destas inumeráveis iniciativas, deste

A busca do subversivo-em-si é mais uma perigosa comodidade/fuga a que nos entregamos. Porque o facto é que só pode haver *subversivo-em-nós*. Duas escarpas no fundo das quais corre um rio representam um imenso potencial de energia: resta que alguém decida lá pôr uma barragem. De contrário, elas poderão servir como local de turismo, atrair alpinistas ou suicidas. O desejo, o imaginário, podem de igual modo ser subversão ou refúgio. Só o comportamento *global* de cada um nos dará a chave.

p. 134

Enfim, a Esquerda terá de compreender que em todos os campos existe *emancipação e repressão*, isto é, que no próprio seio dos grupos marginais, no interior das lutas por uma «nova cultura», existem atitudes contraditórias, ou ambíguas, existe uma Esquerda e uma Direita.

A Esquerda deveria ser o *veículo de transporte* para o interior da sociedade em que está integrada das novas ideias emancipadoras que nesses grupos e movimentos germinam. (...) Talvez isso tenha a ver com a famosa criação de «espaços de liberdade» — preferiria chamar-lhes «espaços de futuro» — no interior da própria sociedade, mas que isso se não confunda com «auto-marginalização», muito menos com «fuga exemplar».

J. M. P. p. 122

empenhamento e generosidade, desta procura, desta esperança, deste entusiasmo, desta mobilização? O sujeito, se lermos bem o texto, é «SE» que é a mais vaga das palavras, a que significa eu, tu, ele, todos, alguns, um só, ou apenas uma entidade imaginária. «SE» é impessoal e irresponsável, é todos e não é ninguém: *se procurava resolver todos os problemas*, etc. Mas quem era «SE»?

Quem é que demitiu de uma penada 24 jornalistas do «Diário de Notícias» que timidamente se queixaram de abusos do PCP? Quem é que organizou os saneamentos selvagens? Quem é que tramou a farsa do 28 de Setembro? Quem é que urdiu a cilada do 11 de Março? Quem é que preparou através dos acordos de Alvor a entrega de Angola à zona estratégica soviética e à ocupação militar cubana? Foi também SE?

E, tirante o folclore, o que é que realmente ficou do 25 de Abril? Essencialmente, alterou-se o equilíbrio estratégico mundial. Abriu-se à URSS uma posição no Atlântico sul e na África negra. Os inocentes que tanto se esfalfaram nas ruas de Lisboa correndo de um lado para o outro, como tontos, foram os coristas involuntários destes altos desígnios maquiavélicos.

«Al cuida o baio e al quem o sela», já se dizia na Idade Média. O baio sabe só que é selado, o dono sabe para quê. O fabuloso folclore do 25 de Abril foi só espontâneo nas primeiras horas; depois foi canalizado por quem sabia o que queria, e entre esses *não* estava João Martins Pereira, nem a sua «esquerda».

É a altura de nos interrogarmos sobre o que é a «Esquerda» para João Martins Pereira.

Sobre isto o Autor é bastante claro, pois não há estratégias nem compromissos que o inibam de ir ao fundo do seu pensamento: «... a Esquerda, sendo *projecto*, só como *projecto* pode ser pensada. O que não significa que não exista, como alguns pretendem, com isso não fazendo mais do que revelar que têm da Esquerda uma ideia de Direita. A Direita faz *projectos* (quando é capaz...), a Esquerda é *ela-própria* *projecto*, *interrogação*, *descoberta*, *desejo* — e exigência moral «contingente» ou «boa-fé». A Direita pode dar-se ao luxo de violar constantemente as suas próprias convicções para aparentemente cumprir os objectivos que delas decorrem, é — amoral. À Esquerda, cujo objectivo é o futuro, não se põe a questão ou não de violar o que «há-de-*vir*»: só pode ser «avaliada» pelo rigor das suas propostas, pela sua capacidade de apreensão do «desejo». É por isso mesmo que, *tendo embora de optar*, se recusa a optar entre Reagan e Andropov, para retomar o exemplo inicial. [...] Mas em contrapartida a Esquerda será um «campo de tensão», a tensão do inventor *antes* da invenção, do descobridor *antes* da descoberta, do poeta *antes* do poema — *enfim*

do criador antes da criação. E esse antes que necessariamente gera a tensão» (p. 103-104).

Por outras palavras: a Esquerda só existe virtual e subjectivamente.

Este texto notável e que parcialmente perfilho (e que explica todos os fracassos inevitáveis dos governos ditos de «Esquerda») torna impossível qualquer acção e qualquer responsabilidade. «Aprender o desejo» não é dar-lhe realização. Aliás, a consumação de qualquer desejo é o seu fim, e por isso há tantos amantes que hesitam no passo final, criador de hábitos e instituições, e há até poetas que preferem viver indefinidamente no antes do poema, porque sabem que as palavras, boas ou más serão o fim da tensão poética.

Mas sendo assim porque se ocupa João Martins Pereira de política, isto é, de factos? Não lhe basta sonhar? ou tocar violino? Porque é que ele tem de optar entre realizações necessariamente imperfeitas? Ele diz que tem de optar, mas não opta: as alternativas são infinitas («todas»)? Isto não é exactamente tornar impossível a opção? E pode haver política sem sucessivas opções entre alternativas actuais (e não apenas virtuais)?

A alternativa exemplificada por João Martins Pereira («entre Reagan e Andropov») é aliás significativa de um complexo inconfessável. A questão é posta nestes termos que denunciam logo a incómoda má consciência do Autor: «Um idoso ex-actor-falhado e um idoso ex-torcionário-bem-sucedido regem os destinos do mundo. Afigura-se-me lógico que o país do show-business e o país dos internamentos políticos em clínicas psiquiátricas ostentem tais dirigentes» (p. 99). A Retórica consiste em estabelecer uma aparente simetria entre termos supostos equivalentes, os quais, implicitamente, são símbolos de dois sistemas (o Capitalismo, direita, e o Socialismo realizado, também direita). Mas não será isto uma falsa simetria ilusionista? Vejamos.

Um «ex-actor-falhado» não é nada que se compare com um «ex-torcionário-bem-sucedido». Um torcionário exerce uma profissão infame. Um actor exerce uma profissão artística e estimada do público. A sua eleição para a presidência da república só seria possível num país democrático, que não reserva (como na Europa) esse género de cargos para os generais e os doutores (suspeito que em João Martins Pereira há ainda um resquício do preconceito da igreja contra os «comediantes», considerados profissão pouco digna).

Há lá comparação possível entre um actor, mesmo «falhado» e um torcionário da polícia «bem sucedido»? No nível dos significantes ou símbolos a simetria não existe. É uma simetria falsa e ilusionista. Porque usa João Martins Pereira desta retórica falhada? É porque atrás dos significantes quer ele fazer passar os significados. Reagan significa a América capitalista, Andropov a Rússia pseudo-socialista. Mas estes significados também não são simétricos, porque em relação à liberdade e aos direitos do homem a América e a União Soviética também não são equiparáveis. Na hora da verdade o fugitivo escolhe o país onde gozará de mais liberdade, como o fez Brecht, que expulso da Alemanha, preferiu a América à URSS, apesar da sua ideologia comunista.

Vou lembrar dois grandes exemplos esquecidos por aqueles que teimam em não optar, como se os dois países fossem o equivalente um do outro, antípodas no Mal. Um, é a que a campanha contra a guerra do Vietnam foi feita a partir dos Estados Unidos, com documentos divulgados na televisão e nos jornais dos USA por jornalistas americanos e transmitidos a todo o mundo, e isto além de as autoridades americanas terem permitido a visita ao local da guerra a jornalistas internacionais. Onde está a campanha equivalente em relação à guerra do Afeganistão? Onde estão os jornalistas soviéticos que denunciam aquela guerra, a testemunham e a documentam?

O outro exemplo desmente frontalmente a tese de Lênine sobre o «Imperialismo último estágio do capitalismo». Os Americanos, como se sabe, ganharam a guerra contra os Japoneses e, em consequência, ocuparam o Japão em 1945. Aplicando a doutrina de Lênine nunca mais de lá teriam saído, salvo se o mantivessem sob o seu domínio económico. Ora o que

aconteceu foi que os Americanos retiraram pacificamente quando julgaram cumprida a sua missão de «democratização» das instituições e deixaram a economia intacta na mão dos Japoneses, a tal ponto que, anos depois, os Japoneses eram os principais concorrentes económicos dos Americanos numa série longa de indústrias de exportação. O Yen é a única moeda que faz concorrência ao Dollar. Gostaríamos de saber o que teria acontecido se o Japão fosse ocupado pela URSS, a julgar pela rapina selvagem que ela tem aplicado em países vassallos, alguns avançados na industrialização, como a Checoslováquia e a Alemanha Oriental. E o que dizemos do Japão aplica-se a outros casos, como a República Federal Alemã, que recorreu a capitais americanos para a sua reconstrução e anos depois entrava em concorrência económica com os Estados Unidos.

Para fazer uma cortina de fumo a esconder estes factos evidéssimos, enche-se muito papel com as guerras entre bandos armados e os golpes de quartel nas republiquetas sul-americanas. Esquece-se que elas não chegam a ser estados modernos nem sociedades mercantis, mas grandes fazendas conquistadas e confiscadas à mão armada por caudilhos chefes de clans, incapazes de estabelecerem planos económicos, e encostando-se ora a capitalistas americanos, ora ao Kremlin para fazerem valer seus bandos respectivos. A União Soviética, essa, ganhou para si o caudilho Fidel de Castro, que lhe paga não só o açúcar (acentuando a monocultura colonial do açúcar, em prejuízo da independência e da autosubsistência da ilha) mas em carne de canhão para Angola e a Eritreia.

Não quero dizer com isto que os americanos são anjos ou quakers; nunca talvez em toda a História houve homens tão agressivos e empreendedores. Quero dizer que encontraram um sistema que permite a convivência de tais homens sem um estado policial e com um máximo de descentralização, que torna possível o maior pluralismo económico, político, étnico, social que, segundo é de crer, nunca teve semelhante no mundo. Exactamente o oposto do Estado centralizado, burocratizado, policiado, hierarquizado, repressivo, feito segundo o modelo de um outro Estado (o Czarismo) que o precedeu no mesmo território.

Não tem sentido para um homem que luta pela liberdade colocá-los no mesmo plano lá porque um é capitalista e outro pretensamente socialista. Entre os dois, o mais intensamente capitalista é a URSS, porque aqui o Capital está centralizado e portanto é todo poderoso, e capaz de todos os malefícios; e lá, nos Estados Unidos, o Capital é uma abstracção; porque neste país não existe o Capital, mas capitais variados, uns em concorrência com os outros e mais ou menos mal administrados, o que permite aos particulares, inclusivamente aos adversários do capital tentarem a sua chance.

S e insisto neste ponto é para caracterizar a posição de João Martins Pereira. Ele não quer dar pretexto a que a chamada Esquerda o acuse de ser homem de Direita. Mas escolher entre os dois o regime pluralista, o que oferece actualmente mais chances para a iniciativa, não é fazer uma escolha de esquerda? É isso que João Martins Pereira não quer reconhecer perante si próprio, porque a sua formação marxista lhe deu o gosto da economia centralizada e planificada. Por outro lado, como esse outro tipo de economia, personificada pelo «torcionário Andropov» deu no que se sabe, ele também não pode identificar-se com ele. E é para evitar a escolha que ele define a esquerda como uma virtualidade, um projecto, um desejo, que nunca se contradiz, porque nunca existe de facto.

Haveria mais que dizer deste livro, que é obra de uma verdadeira vocação de escritor. A meu ver, escritores como João Martins Pereira, preocupados acima de tudo com os problemas éticos, têm uma função a desempenhar na nossa sociedade. Eles podem-se enganar como homens políticos, mas cabe-lhes uma verdadeira liderança intelectual de que o País está carecido, pois o oportunismo, a opacidade de consciência, o carreirismo imperam entre os nossos homens de letras como entre os nossos políticos. Livros como este podem despertar uma consciência pública adormecida.

ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA